



A METAFÍSICA CONJECTURAL DE MIGUEL REALE

Marco Antonio Barroso

Membro do núcleo de estudos ibéricos e ibero-americanos da UFJF

Mestre em Ciência da Religião/PPCIR-UFJF

Doutorando em Ciência da Religião/PPCIR-UFJF

Bolsista/FAPEMIG

RESUMO: O filósofo e jurista Miguel Reale em seu livro *Verdade Conjectura* procura determinar, de forma inequívoca, o conceito de metafísica, problema deixado em aberto por Kant. Neste livro o autor, seguindo o pensamento kantiano, atenta para elucidação da idéia de “pensamento problemático.” É, pois, partindo desta pesquisa que chega a idéia que denominou de “metafísica conjectural.” Trabalhado de modo exaustivo em *Verdade Conjectura*, Reale percebe que o conceito de metafísica carrega consigo questões presentes na filosofia desde seu início, questões que são ao mesmo tempo insolúveis (em termos transcendentais) e irrecusáveis (existencialmente). Tais termos, todavia, só podem ser trabalhados conjecturalmente – e devem sê-lo, uma vez que são demandados pelo próprio fator existencial do humano. O autor ressalta, mesmo, que existem muitas asserções feitas pelas ciências, sejam elas humanas ou exatas, que são conjecturas, inevitáveis, e que assim deveriam ser tratadas. É esta linha de raciocínio que pretendemos expor em nosso presente trabalho.

Para iniciar nossa fala gostaríamos de partir de uma breve caracterização histórica sobre o pensamento de Miguel Reale. Deixaremos de lado sua formação e sua vida, optando por um enfoque que tangencia mais suas idéias. Segundo nos informa o historiador da filosofia no Brasil, Antonio Paim, a posição filosófica assumida por Reale “situa-se no plano do neokantismo da Escola de Baden, [...], seguindo a trilha aberta por Hermann Cohen (1842-1918) os pensadores filiados a Baden trataram de compreender e enfatizar a singularidade da cultura – donde a emergência da corrente filosófica denominada *culturalismo*.” (Paim, 1995, p.35). A partir de uma leitura crítica “Reale iria destacar que o neokantismo de Baden, ainda se ressentia de um conceito formal de cultura, que cuidará de superar. Mas, nesta adesão ao neokantismo Reale iria fazer sobressair uma das notas marcantes de seu espírito – quando se trata de problemas filosóficos nucleares – que é a de não se satisfazer com as soluções a que chega, estando sempre disponível para discuti-las e reexaminá-las.” (Paim, 2003, p.35) E aqui que podemos perceber outra grande influência que recebeu o filósofo brasileiro, a de Rodolfo Mondolfo (1877-1976), que segundo Paim, “consiste na percepção de que se vive um tempo em que se dá a prevalência do aprofundamento da consciência filosófica, mediante a ênfase nos problemas e o correlato abandono dos sistemas.” (Paim, 1935, p.35). No que tange à “reconstituição da trajetória filosófica que vinha empreendendo, tomada em seu aspecto geral,” a partir dos anos 60, “iniciou-a com o ensaio ‘Ontognoseologia, fenomenologia e reflexão crítico-histórica,’ aparecido na *Revista Brasileira de Filosofia* [Reale, 1966].” (Paim, 1995, p.36). Trata-se de uma primeira sistematização do diálogo que Reale empreende com a fenomenologia husserliana. “O ápice da abordagem temática considerada seria alcançado com a publicação de *Experiência e cultura*, ocorrida em 1977. Na terminologia de Reale, não mais cabe falar-se separadamente de Ontologia e Gnoseologia, mas de *Ontognoseologia*.” (Paim, 1995, p.36).

Em um segundo momento, em seu livro *Verdade e Conjectura* (1983), O filósofo e jurista Miguel procura determinar, de forma inequívoca, o conceito de metafísica, problema deixado em aberto por Kant. Neste livro o autor, seguindo o pensamento kantiano, atenta para elucidação da idéia de “pensamento problemático.” É, pois, partindo

desta pesquisa que chega a idéia que denominou de “metafísica conjectural.” Trabalhado de modo exaustivo em *Verdade Conjectura*, Reale percebe que o conceito de metafísica carrega consigo questões presentes na filosofia desde seu início, questões que são ao mesmo tempo insolúveis (em termos transcendentais) e irrecusáveis (existencialmente). Tais termos, todavia, só podem trabalhados conjecturalmente – e devem sê-lo, uma vez que são demandados pelo próprio fator existencial do humano. O autor ressalta, mesmo, que existem muitas asserções feitas pelas ciências, sejam elas humanas ou exatas, que são conjecturas, inevitáveis, e que assim deveriam ser tratadas. É esta linha de raciocínio que pretendemos expor em nosso presente trabalho.

A “Metafísica” Conjectural

I

Afirma Miguel Reale que ao realizar suas pesquisas filosóficas especializadas sempre admitiu de forma pressuposta, no decurso de suas investigações, assim como muitos o fazem, a existência de questões “ontológicas.” Para o autor nem todos são tocados pelo que ele denomina de “inquietação metafísica,” preferindo ater-se, em suas investigações, ao campo do apodítico ou rigorosamente demonstrável – o que os leva a julgar dispensável qualquer estudo que ultrapasse os limites da experiência natural. Alguns, há que, se equivocam por atribuir à metafísica um papel demasiadamente prioritário. Outros erram ao insistirem em deixá-la entre parênteses, substituindo-a por cogitações religiosas ou artísticas, de caráter vago e insipiente.

Para aquele que não quer cair nos equívocos supracitados, mas que tem o espírito crítico e rigoroso, os desafios colocados pelo problema metafísico se tornam ainda mais dramáticos. Isto porque estes espíritos estão sempre a buscar soluções rigorosas – impossíveis para aquele que, como nosso autor, segue a filosofia kantiana. Afirma Reale que com o pensamento crítico do autor alemão, exposto em suas três críticas, mas especialmente na *Crítica da razão pura*, “o saber metafísico [ficou] insuscetível de experiência, no sentido de não nos poder oferecer resultados que constituam autênticos

objetos do conhecimento”. (Reale, 1996, p.13). Mas o que entende Reale por “experiência”? Em um texto denominado “Horizontes e níveis do filosofar” aparecido na Revista brasileira de filosofia, de 1995, o autor sintetiza:

Experiência de per si é tanto natureza como cultura exatamente porque é através dela que a natureza e a cultura se correlacionam, desde o ato originário do primeiro conhecimento até os sucessivos atos, em processo perene, mediante os quais o homem vem se dando conta do que é natural, afeiçoando-os, como dizia Tobias Barreto, às finalidades humanas. Experiência, [...], é, em suma, a ponte de passagem do natural para o cultural, sendo *cultural* enquanto faculdade de captação de algo alheio à subjetividade, e sendo *natureza* enquanto algo deve ser pressuposto como distinto do sujeito, para que haja a centelha cognoscitiva. (Reale, 1995, p.6).

Alerta Reale que precisamos compreender as dificuldades que se encontram em falar de metafísica a partir do ponto de vista da ontognoseologia, que é um desenvolvimento da filosofia crítica kantiana, e procura não privilegiar nenhum dos dois pólos, clássicos, constituintes das tradicionais teorias metafísicas, a saber: sujeito vs. Objeto, vendo a compreensão desta díade como possível apenas do ponto de vista relacional. Fica então a pergunta; porque nosso autor dedica um livro à meditação sobre a possibilidade de se fazer metafísica? Vejamos a resposta em suas próprias palavras, escreve Reale:

Sob o enfoque metafísico sinto que se uniram melhor as partes ou os momentos dispersos de meu pensamento, de tal sorte que, por experiência pessoal, reconheço o papel regulativo ou ordenador da cogitação metafísica. Por se distribuírem mais harmonicamente os conceitos segundo o parâmetro das idéias.

Essa eminente função reguladora, se outras não as tivesse, já bastaria para se reconhecer a essencialidade da metafísica, cuja morte tem sido anunciada tantas vezes quantas se tem dito o mesmo de Deus. (Reale, 1996, p. 14).

II

Acentua Reale que, não obstante a importância do pensamento conjectural para compreensão da realidade, tal e qual nós a concebemos, parece que por parte dos filósofos esta forma de pensar não recebeu a devida atenção. A conjectura é, por vezes, confundida com o “discurso probabilístico que se refere ao grau ou medida de possibilidade de um evento,” um erro como aponta o autor, pois “a conjectura se funda em suposições, razões de verossimilhança e outros elementos qualitativos, sendo os claros deixados pela investigação positiva preenchidos graças à intuição e à imaginação.” (Reale, 1996, p.15). O pensamento conjectural aparece nas brechas existentes da relação de adequação entre o mundo dos conceitos e a realidade. Na correlação entre pensamento e realidade, pela busca da verdade, existiriam vazios que não conseguiríamos *deixar de pensar*. Surge então o espaço do pensamento conjectural. Sendo então, a conjectura parte natural da busca pela verdade, e ao contrário do que se imagina freqüentemente, estes termos, verdade e conjectura, seriam complementares, e não disjuntos. Salienta o filósofo paulista que,

As vezes, as conjecturas ocupam os vazios do conhecimento de maneira definitiva, como, por exemplo, no que se refere à ‘coisa em si’, ou a realidade ‘em si’ (e é o campo da metafísica); outras são formas de preencher os vazios da ação prática inadiável (são as conjecturas de nosso viver comum) enquanto que outras vezes acabam sendo substituídas por verdades positivas que desfazem ou confirmam o que era antes suposição, fundada a seu modo. (Reale, 1996, p.16).

Ou seja, como propõe o próprio filósofo, pensar conjecturalmente está muito próximo à proposta feita pelos pensadores ingleses do senso comum, ou daquelas filosofias que apregoam a volta ao “mundo-da-vida” (*Lebenswelt*). Arriscamos mesmo a dizer que este modo de pensar se encontra avizinado ao pragmatismo de Willian James e de John Dewey. Fica então evidente a preocupação de Reale em descrever o que entende por conjectura, ressaltando a importância da utilização deste tipo de pensamento ao longo da história. Isto porque acredita o autor, que somente dentro desta forma de pensar é que poderemos falar em metafísica. E, o objetivo que se coloca Reale em *Verdade e conjectura*, é o de forma mais restrita, firmar as bases lógicas e epistemológicas pertinentes ao

pensamento conjectural. Inquirir se o discurso proveniente da conjectura é capaz de possuir um caráter, ao mesmo tempo, racional e crítico.

E assumir este exame de reordenação das possibilidades que oferece o pensamento conjectural é, também, ajudar algumas das ciências humanas, diz Reale, pois que elas tomam algumas “conjecturas” como “verdades exatas”, o que é um erro de fundamentação. Assumir estas conjecturas como verdades seria melhor, como coloca o pensador paulista, “mesmo porque são elas que, feitas as contas, compõem o horizonte englobante da maioria de nossas convicções e atitudes.” (Reale, 1996, p.21).

III

Segundo afirma Reale “não há como confundir a experiência subjetiva e pessoal de quem cuida de temas metafísicos com a conversão destes em objetos suscetíveis como tais, de experiência, ou melhor, de serem postos como ‘objetos’ de conhecimento verificável através dos fatos.” (Reale, 1996, p.23). Ao fazer esta afirmativa, o autor admite e assume a limitação imposta pelo *criticismo kantiano* da inviabilidade de qualquer “conhecimento metafísico” ser transformada em objeto de experiência cognitiva. Ao Ser como tal e aos entes em sua totalidade “só podemos nos referir, de maneira rigorosa, como um limite negativo, onde estancam todas as ‘objetivações possíveis’.” (Reale, 1996, p.24).

Do ponto de vista da ontognoseologia a metafísica, feita da forma clássica, torna-se impossível, uma vez que para se fazer metafísica é necessário ir além das correlações sujeito-objetivas, que é o fundamento da ontognoseologia, tal como formulada por Reale. Então surge a pergunta sobre o sentido e a validade de um exame a respeito das possibilidades da metafísica, e o que se pode esperar desta. E, mais além, surge outra pergunta: qual a natureza da cogitação metafísica? Segundo nosso autor, dentro da perspectiva tradicional, para responder a estas perguntas são possíveis somente respostas que pretendam superar qualquer distinção entre sujeito e objeto, através de um monismo idealista ou materialista. E, conforme Reale,

Todo monismo gnoseológico oculta, consciente ou inconscientemente, um monismo ontológico, cuja verificabilidade se considera despicienda, ou somente suscetível de ser alcançada no plano da práxis, o que aqui vale dizer à luz dos resultados da posição inicial aprioristicamente, ou tacitamente, aceita.

O grande equívoco da generalidade dos metafísicos consiste em não se proporem, previamente, a pergunta relativa a possibilidade ou não de se conhecer o todo, talvez pela ilusão de podermos chegar ao *Ser* através dos mesmos caminhos que nos dão acesso aos entes. (Reale, 1996, p.24).

Mesmo apesar dos insucessos que são capazes de serem verificados, pelo estudo da história da filosofia, na tentativa da captação da realidade do Ser, a investigação metafísica insiste em permanecer. Nosso autor coloca a existência como inevitável no mundo da cultura, e por isso mesmo, afirma como imperativo o fato de não se fazer abstração dessa existência. Entretanto, alerta o pensador, que se é inevitável a investigação metafísica é mais necessário ainda que, em se colocando em uma meditação de tal ordem, se assuma uma posição crítica, no que se refere à natureza e às possibilidades dos possíveis conhecimentos oferecidos por esta “ciência filosófica.” (Cf. Reale, 1996, p.25). E, coube a Kant o ponto mais alto na tomada de uma atitude crítica em relação às perquirições sobre as possibilidades oferecidas pela metafísica.

Defende Reale que existam duas metafísicas presentes na *Crítica da razão pura*; uma positiva, que é a *metafísica do conhecimento*, ou seja, a teoria geral do conhecimento em função de seus pressupostos transcendentais; e uma outra negativa, à qual não se tem dado igual atenção, refere-se Reale “àquela *metafísica do pensamento problemático*, em que se resolve a dialética transcendental.” (Reale, 1996, p.26) – aquela em que Kant deixa em aberto os problemas clássicos da metafísica. Problemas insolúveis, a partir da experiência, indemonstráveis e aos quais, em relação à sua existência, não cabe qualquer afirmação, negativa ou positiva.

Ainda conforme nosso autor, se a *metafísica do pensamento problemático* é negativa sob o prisma ontognoseológico “dada a impossibilidade crítica de romper-se a correlação sujeito/objeto, ou experiencial, revela-se ela *positiva* (já agora em perspectiva ontológica) enquanto enseja perspectivas e indagações que, embora não demonstráveis, poderiam ser

visualizadas, hipoteticamente, como horizonte englobante, entre cujas linhas móveis se desdobra a conjectura do Ser”. (Reale, 1996, p.26). Mais a frente completa Reale: “Kant fixa as grandes linhas de uma metafísica problemática situada, [...], entre a metafísica do conhecimento e a metafísica depois desenvolvida na *Crítica da razão prática* e na *Crítica do juízo*. [...]. Ninguém mais do que Kant compreendeu o caráter dramático do pensamento conjectural. (Reale, 1996, p.31). Ou seja, o que Reale denomina de *metafísica conjectural* é aquele complemento vislumbrado por Kant ao formular a parte de sua *crítica* que daria conta de elementos tais como; liberdade, imortalidade da alma, idéia de belo, Deus, etc. A respeito deste ponto contamos com o esclarecimento de Paim, que sintetiza:

A nova metafísica não limitaria seu objeto ao conhecimento científico. Existem muitas outras questões que não podem ser equacionadas segundo o modelo da ciência, isto é, pelo encontro de soluções de validade universal. Entre estas, Kant destacou, em especial, a religião e a moral. [...]. Importa aqui examinar a maneira como solucionou o problema teórico da liberdade, ensejando a completa separação entre moral e religião. Ao tema Kant dedicou três livros: *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* (1785); *Crítica da Razão Prática* (1788) e *Doutrina da Virtude* (1797). A primeira contém os enunciados básicos de sua doutrina; a segunda consiste numa tentativa de dar forma sistemática àqueles enunciados, tentativa mal sucedida desde que facultou interpretações na linha da metafísica tradicional, a exemplo da suposição de que estaria proporcionando uma nova demonstração da existência de Deus; e, a terceira, o reexame dos principais temas clássicos a que a idéia da virtude esteve associada. Como o nosso objeto está circunscrito a uma questão específica, é suficiente que nos louvemos dos enunciados básicos contidos na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. (Paim, 2003, 259-260).

E, nas palavras do próprio Kant:

Uma Metafísica dos costumes é, pois, rigorosamente necessária, não só por motivo de necessidade da especulação, a fim de indagar a origem dos princípios práticos que existem a priori em nossa razão, mas também porque a própria moralidade está sujeita a toda a espécie de perversões, enquanto carecer deste fio condutor e desta norma suprema de sua exata apreciação. Com efeito, para que uma ação seja moralmente boa, não basta que seja conforme com a lei moral; é preciso, além disso, que seja praticada por causa da mesma lei moral; de contrário, aquela conformidade é apenas muito acidental e muito

incerta, visto como o princípio estranho à moral produzirá, sem dúvida, de quando em quando, ações conformes com a lei, mas muitas vezes também ações que lhe são contrárias. Ora, a lei moral em sua pureza e genuinidade (e justamente é isto o que mais importa na prática) não deve ser buscada senão numa Filosofia pura; donde, a necessidade de esta (a Metafísica) vir em primeiro lugar, pois sem ela não pode haver filosofia moral. Nem a filosofia, que confunde princípios puros com princípios empíricos merece o nome de filosofia (pois esta distingue-se do conhecimento racional comum, precisamente por expor numa ciência à parte o que este conhecimento comum apreende apenas de modo confuso); merece menos ainda o nome de filosofia moral, porque justamente devido a tal confusão prejudica a pureza da moralidade e vai de encontro a seu próprio fim. (Kant, 1848, 15).¹

Escusamo-nos das grandes citações, mas, ainda uma vez, nos recorreremos das palavras do próprio Kant, em sua *Crítica da razão pura*. Aqui desejamos apresentar o conceito de *idéia como reguladora da razão*, formulada pelo filósofo alemão. Conceito que ajuda a compreender de forma mais clara a o conceito de *metafísica conjectural*, de Miguel Reale. Afirma Kant que as idéias,

Têm um uso regulador excelente e necessariamente imprescindível, o de dirigir o entendimento para um certo fim, onde convergem num ponto as linhas diretivas de todas as suas regras e que, embora seja apenas uma idéia (*focus imaginarius*), isto é, um ponto de onde não partem na realidade os conceitos do entendimento, porquanto fica totalmente fora dos limites da experiência possível, serve todavia para lhes conferir a maior unidade e, simultaneamente, a maior extensão. Daqui deriva, é certo, a ilusão de que todas estas linhas de orientação provêm propriamente de um objeto situado fora do campo da

1 « Une métaphysique des mœurs est donc indispensablement nécessaire, non-seulement parce qu'elle répond à un besoin de la spéculation, en recherchant la source des principes pratiques, qui résident *a priori* dans notre raison, mais, par ce que la moralité même est exposée à tout sorte de corruption, si nous n'avons, pour la juger exactement, ce fil conducteur et cette règle suprême. En effet, pour qu'une action soit moralement bonne, il ne suffit pas qu'elle soit conforme à la loi morale, mais il faut qu'elle soit faite en vue de celle loi; autrement il n'y aurait là qu'une conformité accidentelle et variable, car si un principe, qui n'est pas moral, produit par fois des actions intimes, il en produira souvent aussi d'illégitimes. Or, s'il n'y a qu'une philosophie pure qui puisse nous montrer la loi morale dans toute sa pureté (ce qui est la chose essentielle dans la pratique), il faut donc commencer par là (par la métaphysique), et sans ce fondement il ne peut y avoir de philosophie morale. Celle même qui mêle les principes purs avec les principes empiriques ne mérite pas le nom de philosophie (car la philosophie lie se distingue justement de la connaissance rationnelle vulgaire, qu'en faisant une science a part de ce que celle-ci ne conçoit que d'une manière complexe), et bien moins encore celui de philosophie morale, puisque, par ce mélange, elle altère la pureté de la moralité même et va contre son propre but. »

experiência possível (assim como se vêem os objetos por detrás da superfície do espelho). Contudo, esta ilusão (que podemos evitar que nos engane) é, sem dúvida, inevitavelmente necessária se quisermos ver, além dos objetos que estão em frente dos nossos olhos, também aqueles que estão bem longe, atrás de nós, isto é, quando, no nosso caso, queremos impelir o entendimento para além de qualquer experiência dada (enquanto parte do todo da experiência possível) e, por conseguinte, exercitá-lo para a maior e mais extrema amplitude possível. (Kant, 2001, p. 546).

E mais à frente complementa:

O uso hipotético da razão, com fundamento em idéias admitidas como conceitos problemáticos, não é propriamente constitutivo, ou seja, não é de tal natureza que, julgando com todo o rigor, dele se deduza a verdade da regra geral tomada como hipótese; pois, como poderão saber-se todas as conseqüências possíveis que, derivando do mesmo princípio admitido, provam a sua universalidade? É pois unicamente um uso regulador, isto é, serve, na medida do possível, para conferir unidade aos conhecimentos particulares e aproximar assim a regra da universalidade. O uso hipotético da razão tem, pois, por objeto a unidade sistemática dos conhecimentos do entendimento e esta unidade é a pedra de toque da verdade das regras. Reciprocamente, a unidade sistemática (como simples idéia) é apenas uma unidade projetada, que não se pode considerar dada em si, tão-só como problema, mas que serve para encontrar um princípio para o diverso e para o uso particular do entendimento e desse modo guiar esse uso e colocá-lo em conexão também com os casos que não são dados. (Kant, 2001, p.548).

Conforme nos informa Reale, é no intervalo entre as escritas da *Crítica da razão pura* e a *Crítica da razão prática*, que Kant nos oferece três breves estudos de carácter exclusivamente conjectural, nos quais desenvolve a aplicação de seu conceito de *idéia reguladora da razão*. Estes escritos se encontram no campo da filosofia da história, sendo eles; *Idéia de história universal do ponto de vista cosmopolita*, *Sobre a filosofia da humanidade de J.G. Herder* e *Princípio conjectural da história humana*. Conforme conclui Reale, os assuntos expostos nos títulos das obras citadas, por si só, já demonstram que tais exposições não se baseiam em fatos passíveis de experiência e em informações documentais. São questões sobre as quais “não temos nem podemos ter notícias, o que, em última análise, as

aproxima dos temas metafísicos, objeto de raciocínio conjectural.” (Reale, 1996, p.32). Por exemplo, em *O princípio conjectural da história humana* – que segundo Kant foi uma viagem recreativa empreendida à luz das sagradas escrituras – temos o exemplo do pensamento conjectural, que nos permite “ver como ao homem foi dado ter consciência do que há de distinto na natureza, libertando-se do mundo repetitivo dos desejos naturais, para elevar-se até a esfera das ações livres.” E como, com a afirmação da liberdade surgiu a cultura. Destaca o filósofo paulista que, apesar de conjectural, o raciocínio desenvolvido por Kant não pode ser acusado de ser uma quimera. Isto porque, ele não se arroga o fato de ter se desenvolvido baseado em evento comprovados, não é contrário à experiência e a ela se compatibiliza, “bem como com os ditames da natureza humana, nesta fundando suposições e comportamentos prováveis do homem do advento da *cultura*, que o emancipa da *natureza qua tale*.” (Reale, 1996, p.32).

IV

O pensamento conjectural não deseja expor soluções do tipo demonstrativo-probabilísticas de caráter axiomático, mas, tão somente, soluções plausíveis. São cogitações que podem completar a experiência, sem, no entanto, existir

A perda de sentido do “experienciável.” Do ponto de vista da ontognoseologia, quem conjectura “encapsula, taticamente, o que lhe dita a teoria geral do conhecimento, quanto às rigorosas correlações subjetivo-objetivas e seus limites; ele, deliberadamente, parte do já sabido por experiência, visando a ir além dela, levando consigo a convicção ontológica de que não lhe será dado resolver problemas, mas tão somente, responder a perguntas “como se” (*als ab*) lhe correspondessem objetos e soluções. (Reale, 1996, p.36).

A inevitabilidade da metafísica se justifica, então, pela teoria do conhecimento. Afirma nosso autor que, seguindo a linha dos estudos fenomenológicos (dos quais em dúvida Reale é um profundo conhecedor) aprendemos que “conhecer é conhecer algo”, e do ponto de vista da ontognoseologia, que pretende especificar ainda mais esta visão

retomando a validade da filosofia kantiana da *Crítica da razão pura*, “conhecer é conhecer algo de algo.” Ou seja, entre a representação que o sujeito tem do objeto e o próprio objeto, que existe independentemente da representação. Mas que “objeto” é esse? É a pergunta que fica ser respondida. Para o pensador que se arrisca a responder esta pergunta, a partir da metafísica conjectural, fica a pista para se tomar esse “objeto” colocando-o “como se”, admitindo-se criticamente que ele é transcendente às possibilidades de se tornar “objeto de conhecimento.”

O que o discurso conjectural pretende oferecer não são conceitos engendrados em formas de cogitações do real, mas sim perspectivas vetoriais de sentido. Coordenadas sistemáticas, reguladoras da experiência. Conjecturar é aliar razão e imaginação criadora, objetivando ir além da experiência para responder as perguntas surgidas da própria experiência. Diz nosso autor que, quem se arrisca a conjecturar tem uma espécie de humildade, aquela de quem reconhece que o fato de que não se poder abrir uma porta não o autoriza a afirmar que nada exista além dela. E, quando explicamos o problema nuclear da filosofia, ou seja, o problema do Ser, fazendo uso da “imaginação criadora” aliada à razão é que surge a *metafísica conjectural* – que poder ser entendida, então, como uma *metafísica crítica*.

Frisa ainda Reale, que não devemos confundir a *metafísica conjectural*, ou crítica, com uma espécie de “intuicionismo emocional ou eidético.” No tipo de metafísica que propõe nosso autor, as intuições não são formas privilegiadas de conhecimento, não obstante, sejam elas, também, uma forma possível e até mesmo necessária para que aquele ocorra. A não centralidade privilegiada de uma forma de conhecimento se dá porque a metafísica conjectural tem natureza plural e hipotética. Ainda em relação às possibilidades cognoscitivas próprias da metafísica conjectural, ressalta o filósofo paulista que

A aproximação ao real pressupõe sempre elementos teóricos que condicionam o ato cognitivo. [...]. Na metafísica, se passa dos problemas às conjecturas, o que quer dizer, em última análise, que se passa de um problema a soluções razoáveis ou plausíveis que envolvem outros problemas, até chegar a “conjecturas fundantes,” cabendo reconhecer que não se é obrigado a falar em “problema” só quando seja possível encontrar solução “demonstrável.” O que importa é que a solução não seja encontrada *ad libitum*, mas seja conjecturável num contexto que, além de coerente em si mesmo, esteja em harmonia com

a experiência, a partir de certos pressupostos válidos. O domínio do *válido*, embora não certificável é o objeto, sobretudo, da metafísica. (Reale, 1996, p.42).

Por fim, destaca Reale o caráter plural dessa nova maneira de se fazer metafísica, afirma o autor que: “na linha da metafísica conjectural, [...], por mais que nos apeguemos a conjectura que melhor se harmoniza com as razões de nosso ser pessoal e ao sentido de pensar nosso tempo, [...], achegamo-nos às conjecturas alheias para examiná-las como contribuições válidas no empenho comum de levantarmos o véu que nos separa do inefável absoluto.” (Reale, 1996, p.44).

Bibliografia

ABBAGNANO, Nicola. *História da Filosofia* (Vol. 14). Tradução; António Ramos Rosa e António Borges Coelho. Lisboa: Editorial Presença, 1970.

KANT, Emmanuel. *Crítica da razão pura*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001.

_____. *Fondements de la métaphysique des mœurs*. Paris: Librairie philosophique de Ladrage, 1848.

PAIM, Antonio; PROTA, Leonardo; VÉLEZ RODRIGUEZ, Ricardo. “Religião.” In, *Curso de Humanidades*. Londrina: UEL, s.d.

PAIM. *Problemática do culturalismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

_____. *Tratado de ética*. Londrina: Edições Humanidades, 2003.

REALE, Miguel. *Verdade e Conjectura*. Lisboa: Fundação Lusíada, 1996.

_____. Horizontes e níveis do filosofar: para uma culturologia filosófica. *Revista Brasileira de Filosofia* v. 42, n. 177, p. 3-21, jan./mar. 1995.